

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2015

(Da Sra. Renata Abreu)

Altera o art. 39 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para vedar a realização de propaganda eleitoral em que o candidato faça uso de disfarces, apresente-se caracterizado como uma personagem ou transmita mensagens ofensivas às instituições democráticas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 39 da Lei nº 9.504, de 1997 (Lei das Eleições), para vedar a realização de propaganda eleitoral em que o candidato faça uso de disfarces, apresente-se caracterizado como uma personagem ou transmita mensagens que insultem as instituições democráticas.

Art. 2º O art. 39 da Lei nº 9.504, de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 13:

“Art. 39. ....

.....

“§ 13. É vedada a realização de propaganda eleitoral em que o candidato faça uso de disfarces, apresente-se caracterizado como uma personagem ou transmita mensagens ofensivas às instituições democráticas. (NR)”.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Em um regime democrático, onde imperam as liberdades de informação e de expressão, a propaganda eleitoral constitui um dos mais importantes elementos do processo de formação e de manifestação da vontade política da sociedade.

Ainda que saibamos que a propaganda eleitoral, de um modo geral, não guarda sólida relação com a realidade, e que o voto nem sempre resulta de escolhas estritamente racionais, é necessário que passemos a tratar o debate político no País com um mínimo de responsabilidade e respeito ao eleitor. Nunca é demais lembrar que a finalidade precípua da propaganda eleitoral é a divulgação de ideias e de programas de candidatos.

O que se busca com a presente proposição é coibir a autopromoção de candidatos baseada em propagandas que ridiculizam, debocham e escarnecem as instituições democráticas e os Poderes da República.

Por óbvio, não se trata, e sequer seria compatível com a ordem constitucional vigente, de se banir o humor ou a crítica da propaganda eleitoral. Mas o certo é que tem se tornado cada vez mais comum a veiculação de propagandas em que aparecem candidatos-personagens fazendo uso de disfarces e máscaras, com o propósito de desmerecer a própria atividade política, além de enxovalhar as instituições democráticas, especialmente o Parlamento.

Devemos todos reconhecer que o acesso gratuito dos partidos e candidatos ao rádio/TV tem finalidade mais nobre. Tal direito custa caro ao contribuinte brasileiro – e não se destina a manifestações de candidatos que se valem de zombarias e chacotas para encobrir as próprias intenções.

O projeto de lei ora ofertado trata, pois, de por cobro a tais espécies de propaganda eleitoral que abusam do direito de antena e das liberdades democráticas, com o mero fim de obter vantagem eleitoral.

Certos de estarmos contribuindo para a melhoria e amadurecimento do processo político-eleitoral brasileiro, contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2015.

Deputada RENATA ABREU